



Senado mantém Janot por mais 2 anos na Procuradoria-Geral

Recondução foi aprovada em Plenário por 59 votos a favor, 12 contra e 1 abstenção. Na Comissão de Constituição e Justiça, sabatina durou mais de 10 horas

Operação Lava-Jato, delações premiadas, pedaladas fiscais, irregularidades em contas do HSBC na Suíça, financiamento de campanha e drogas foram alguns dos assuntos sobre os quais os senadores questionaram Rodrigo

Janot durante sabatina. A aprovação do nome dele para a Procuradoria-Geral da República foi confirmada em Plenário logo em seguida. Fernando Collor fez duras críticas a Janot e o acusou de vazar informações sigilosas. **4 e 5**

Rodrigo Janot é sabatinado em audiência presidida por José Maranhão, em que Fernando Collor fez críticas e questionou o aluguel de uma mansão pela Procuradoria



Gerardo Magela/Agência Senado

Moreira Manz/Agência Senado



Ana Amélia (ao lado de Ronaldo Caiado e José Agripino) é a autora da proposta

Plenário aprova PEC sobre transferência de despesas

A proposta que proíbe a União de criar despesas para os demais entes federados sem prever a transferência de recursos para o

custeio foi aprovada ontem por unanimidade. O texto, acolhido pelo Senado em dois turnos, segue agora para a Câmara. **3**

Paula Poltronix/Studio Imagem



Projeto aprovado estabelece normas para exercício da profissão de fotógrafo

Avança regulamentação para fotógrafo e detetive

Projetos que regulamentam as profissões de fotógrafo e de detetive particular foram aprovados em comissão

e seguem ao Plenário. Pelo texto, o fotógrafo precisa ser diplomado ou exercer a atividade há dois anos. **8**

Proposta prorroga apoio da União a estados na gestão de rodovias 5

Cessão de dívida ativa pode deixar de ser operação de crédito 3

Programa que preserva emprego será assunto de dois debates 7

“Botão do pânico” pode proteger mulheres de violência familiar 5

Audiência pública discutirá texto que regulamenta serviço do Uber 8

Falta de quórum nas reuniões dá fim à Comissão do Pré-Sal 2

Vai à Câmara aumento de contribuição de bancos

A comissão mista responsável pela análise da Medida Provisória 675/2015 aprovou ontem relatório da senadora Gleisi Hoffmann. O texto eleva a alíquota da CSLL das instituições fi-

nanceiras de 15% para 20% e Gleisi manteve a ampliação sugerida. A validade dos aumentos começa em 1º de setembro e vai até 31 de dezembro de 2018. A MP segue para a Câmara. **7**



Para Gleisi, aumento de alíquota com limite de tempo não afetará ajuste fiscal

Waldemir Barreto/Agência Senado

Segue para sanção projeto sobre teste de paternidade

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou substitutivo a projeto que estabelece regras para a realização e a análise de exames genéticos em seres humanos. O

texto exige consentimento do indivíduo a ser periciado em caso de exame de paternidade ou de vínculo genético, exceto em investigações criminais. **8**

Senador pede indenização para famílias desalojadas

Para indenizar 231 famílias desapropriadas com a construção da Barragem de Sobradinho, na Bahia, Walter Pinheiro anunciou que

vai buscar apoio do Supremo. O senador assumiu o compromisso em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional. **6**

Obstrução do PMDB adia exame da LDO em comissão

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 estava na pauta de ontem da CMO. Líder do partido na Câmara, porém, orientou a bancada a impedir a votação até conversa com o ministro da Aviação Civil

A VOTAÇÃO DO projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016 foi adiada para terça-feira pela presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES). A decisão ocorreu depois que a bancada do PMDB na Câmara anunciou a obstrução no colegiado.

O anúncio foi feito pelo coordenador da bancada peemedebista na CMO, deputado Danilo Forte (CE), em reunião com a presidente, demais coordenadores de partidos e o relator da LDO 2016, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE).

Danilo Forte disse que recebeu uma ligação do líder do partido na Câmara, Leonardo Picciani (RJ), que pediu para os deputados entrarem em



Presidente da CMO, senadora Rose de Freitas adiou a votação para terça-feira

obstrução até que ele se reúna com o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha, “para analisar alguns pontos referentes ao processo de andamento da comissão”. Padilha tem respondido também pela articulação política do governo.

Forte não soube explicar as questões que Picciani quer tratar com Padilha. O líder do

governo na comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), apoiou o encerramento da reunião, já que as votações na CMO costumam ser amparadas em acordos. A votação, disse, deverá ser retomada só quando nenhum partido estiver em obstrução, porque isso, segundo ele, “só traz desgaste desnecessário”.

Comissão do Pré-Sal encerra trabalho

Otto Alencar (PSD-BA), presidente da comissão especial criada para analisar o PLS 131/2015, declarou ontem encerrados os trabalhos do colegiado pela constante falta de quórum nas reuniões. O projeto, do senador José Serra (PSDB-SP), revoga a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal.

— Esta já é a quarta vez que abro a sessão e comparecem poucos senadores. Vou falar com o presidente Renan para ele fazer um ato cancelando a comissão e vamos aprovar ou rejeitar o projeto no Plenário — afirmou Otto.

Estava marcada para hoje audiência pública para ouvir os governadores de dois estados produtores de petróleo: Luiz Fernando Pezão, do Rio de Janeiro, e Paulo Hartung,



Otto, ao lado de Ferraço, declara término antes do prazo por falta de quórum

do Espírito Santo. Além dos convidados, compareceram à reunião apenas Otto e o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

— Eu achei uma descortesia deixar os dois governadores esperando para serem ouvidos — criticou Otto.

Serra lamentou: — Temos dois governadores importantes aqui e queria ouvi-los, porque têm experiência larga sobre o assunto.

Em entrevista, Pezão disse ser favorável ao projeto, que, a seu ver, mantém o monopólio da Petrobras e garante o aumento da extração de petróleo.

A comissão foi criada em julho pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em razão de intensa discussão em Plenário sobre o requerimento que retirou a urgência da tramitação do texto. O colegiado teria 45 dias para concluir os trabalhos.

Paulo Paim destaca projeto que institui o Mês da Poesia

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem em Plenário a aprovação do projeto de autoria dele que institui março como o Mês da Poesia. Aprovado na Comissão de Educação e Cultura, o texto (PLS 343/2011) homenageia o poeta Thiago de Mello, nascido em 30 de março de 1926 e autor do *Estatuto do Homem*, entre outras obras.

— O correr dos anos só fez confirmar suas qualidades. O amadurecimento permitiu ao poeta da Amazônia mergulhar profundamente nas raízes da sensibilidade — afirmou o senador.

Operações de câmbio são irresponsáveis, afirma José Serra

José Serra (PSDB-SP) criticou o uso de recursos do Tesouro para tentar conter a desvalorização do real. Para ele, as operações de *swap* cambial, pelas quais o Banco Central vende contratos de dólar futuro, “são irresponsáveis” e não se justificam quando há reservas em moeda estrangeira.

— O Banco Central pode cometer erros. E está cometendo, e à custa do país — disse o senador.



Pinheiro critica ação de telefônicas contra WhatsApp

Walter Pinheiro (PT-BA) criticou pedido de operadoras de telefonia que querem a regulamentação do uso do WhatsApp, aplicativo de mensagens instantâneas para celulares.

O senador disse que não é verdade a reclamação das operadoras de que o aplicativo não remunera as redes de telecomunicação que usam para funcionar. As operadoras já são pagas pelos consumidores, pois o aplicativo só funciona por meio das redes 3G, 4G ou pelo wi-fi, cujo uso é cobrado pelas empresas, explicou.

Agenda Brasil recebe apoio do Movimento Brasil Eficiente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o coordenador-geral do Movimento Brasil Eficiente, Paulo Rabello de Castro, acompanhado de Paulo Bauer (PSDB-SC). Eles prestaram apoio à Agenda Brasil, idealizada por Renan e que reúne propostas para a retomada do crescimento e o aumento da segurança jurídica.

Renan comunicou que marcou para quarta-feira a instalação da comissão de especialistas que vai propor alternativas para a retoma-

da do crescimento. No dia 16, será realizada sessão temática com a presença dos ex-ministros da Fazenda Delfim Netto, Máílson da Nóbrega e Armínio Fraga; do ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles; e do ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger.

— A Agenda Brasil inaugura o esforço para a retomada do debate em torno da política econômica do Executivo — disse Rabello de Castro após o encontro.

Retomada do crescimento será discutida por grupo de senadores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que a comissão especial destinada a propor soluções para a retomada do desenvolvimento será instalada na terça-feira, às 15h.

O grupo vai sistematizar propostas já existentes no Senado que tratam da promoção do desenvolvimento. A ideia é que o colegiado selecione projetos de lei promissores, unifique a tramitação e emita pareceres para que possam ser votados em Plenário de forma mais ágil.

Serão titulares Humberto Costa (PT-PE), Lindbergh Farias (PT-RJ), Acir Gurgacz

(PDT-RO), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Simone Tebet (PMDB-MS), Romero Jucá (PMDB-RR), Raimundo Lira (PMDB-PB), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Paulo Bauer (PSDB-SC), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Roberto Rocha (PSB-MA), Douglas Cintra (PTB-PE) e Blairo Maggi (PR-MT).

Os suplentes são: Fátima Bezerra (PT-RN), Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Valdir Raupp (PMDB-RO), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Waldemir Moka (PMDB-MS), Wilder Morais (DEM-GO) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA/CMA Florestas plantadas

8h As Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente fazem audiência para debater florestas plantadas. Entre os convidados, representantes da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura e do Conselho Deliberativo da Indústria Brasileira de Árvores.

CPI DO CARE Depoimentos

9h A CPI ouviu Jorge Victor Rodrigues, Alexandre Paes dos Santos, Edson Pereira Rodrigues e José Ricardo da Silva.

CRE Embaixada

9h30 Cerimônia de aposição do retrato de Ricardo Ferraço no painel de ex-presidentes da comissão. Depois, audiência sobre projetos estratégicos das Forças Armadas. Em seguida, análise de Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert para embaixadora na Sérvia e em Montenegro.

MP 678/2015 Contratações públicas

10h Comissão que analisa MP que institui regime diferenciado de contratações públicas aprecia o plano de trabalho.

CPI DO FUTEBOL Depoimentos

10h15 Audiência com três jornalistas.

PLENÁRIO Segurança pública

11h30 Sessão extraordinária. Às 14h, sessão deliberativa. Na pauta, discussão da PEC que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública, entre outros itens.

PRESIDÊNCIA Eduardo Braga

11h30 Renan Calheiros preside sessão deliberativa extraordinária. Às 12h, recebe o presidente da Sociedade de Anestesiologia de São Paulo, Enis Donizetti Silva; às 12h30, deputado Julio Lopes; às 13h, ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga; às 15h, senadores; às 16h, grupo de terceirizados.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h30, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

União não poderá repassar despesa sem receita

Proposta aprovada pelo Senado impede que sejam criadas obrigações para estados e municípios sem a correspondente transferência de recursos. Texto segue para a Câmara

AGENDA BRASIL

O SENADO APROVOU ontem, por unanimidade, proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a União de criar despesas para os demais entes federados sem prever a transferência de recursos para o custeio. A PEC 84/2015, da senadora Ana Amélia (PP-RS), atende uma reivindicação de estados e municípios, que alegam não ter como arcar com alguns programas criados pela União. O texto, aprovado em dois turnos, segue para a Câmara dos Deputados.

A PEC tramitava em regime de urgência e, por isso, não foi votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O tema, no entanto, foi debatido na Comissão para o Aperfeiçoamento do Pacto Federativo, criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Na justificativa do texto, Ana Amélia afirmou que a subdivisão de tarefas do poder público pode melhorar a aplicação dos recursos e ajudar a alcançar as metas de qualidade dos servi-



Texto apresentado por Ana Amélia foi aprovado por unanimidade e recebeu elogios de vários senadores em Plenário

ços. Ela avaliou, contudo, que a descentralização não pode alcançar apenas as obrigações, enquanto a receita permanece concentrada.

A proposta foi aprovada com alterações feitas pelo relator, senador Delcídio do Amaral (PT-MS), para prever a possibilidade de aumento de despesa caso haja a previsão orçamentária e financeira

que cubra os encargos. Os senadores também aceitaram modificação para excetuar da proibição as obrigações assumidas espontaneamente pelos entes federados e as decorrentes de aumentos do salário mínimo.

A PEC recebeu elogios de vários senadores. Para Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), ao aprovar o texto, o Congresso

assume a corresponsabilidade com o ajuste fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

José Serra (PSDB-SP) citou como exemplo das distorções observadas atualmente o estabelecimento do piso nacional dos professores, que precisa ser pago por estados e municípios.

Na definição de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a ini-

ciativa protege os estados e os municípios de desonerações criadas pela União que afetam o repasse dos fundos de participação.

Waldemir Moka (PMDB-MS) felicitou os prefeitos do país, que reivindicavam a mudança há muito tempo e que, na opinião do senador, ajudaram a inspirar a PEC.

Os senadores do DEM lembraram que o deputado Mendonça Filho (DEM-PE) é autor de PEC com teor semelhante na Câmara dos Deputados e precisa ter o mérito reconhecido ao lado da senadora.

A proposta também foi elogiada por Walter Pinheiro (PT-BA), Elmano Férrer (PTB-PI), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), José Medeiros (PPS-MT), Eduardo Amorim (PSC-SE), Otto Alencar (PSD-BA), Lúcia Vânia (sem partido-GO), Marcelo Crivella (PRB-RJ), João Capiberibe (PSB-AP), Reguffe (PDT-DF), Aécio Neves (PSDB-MG), José Agripino (DEM-RN) e Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Cessão de dívida ativa deve mudar de classificação

O Plenário do Senado aprovou ontem proposta estabelecendo que não é operação de crédito a antecipação de recebimentos de valores inscritos em dívida ativa.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 26/2015, de autoria de Regina Sousa (PT-PI), determina que a receita obtida nessas operações se destine exclusivamente à capitalização de fundos de

previdência ou à amortização extraordinária de dívidas com a União.

O objetivo do projeto é esclarecer que as estruturas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) — com base em recebíveis originados de parcelamento de dívida ativa — não devem ser consideradas e enquadradas como operação de crédito e, portanto, não devem ficar su-

jeitas aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O relator na CAE, senador Walter Pinheiro (PT-BA), acatou sugestão do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) deixando claro que, para não ser enquadrada como operação de crédito, a cessão dos direitos creditórios inscritos em dívida ativa terá de se dar em caráter definitivo.

Novo marco regulatório da contratação de obras públicas passa em comissão

Projeto que estabelece novas normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas foi aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Uma das mudanças previstas no PLS 56/2012, do ex-senador Pedro Taques, é a responsabilização de projetistas e consultores por danos decorrentes de falhas no projeto, no orçamento ou no parecer.

O projeto atribui à empresa contratada para a execução da obra o dever de revisar os

projetos licitados, sob pena de responder solidariamente pelos danos.

Ainda assim, não afasta a responsabilidade solidária dos agentes públicos por vícios e defeitos que poderiam ter sido evitados no exercício de suas atribuições legais.

Na CI, a proposta foi relatada por Paulo Bauer (PSDB-SC) e alterada em relação ao parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Plenário aprova indicações de dois embaixadores

Foram aprovados ontem em Plenário os embaixadores para a Espanha e Botsuana.

Por 57 votos favoráveis e 5 contrários, o Plenário aprovou a indicação de Antônio José Ferreira Simões para o cargo de embaixador na Espanha e, cumulativamente, para o Principado de Andorra. Os senadores também aprovaram a indicação de Ricardo André Vieira Diniz para Botsuana, na África. O diplomata

recebeu 61 votos favoráveis e 2 contrários. A aprovação das indicações será comunicada à Presidência da República.

Relator da indicação de Ferreira Simões, Romero Jucá (PMDB-RR) disse que o diplomata exerceu diversas funções a serviço do Brasil nos últimos 35 anos, é especializado em infraestrutura e ajudou a construir o acordo automotivo do país com o México. Também coordenou a implantação da

Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A indicação de Vieira Diniz foi relatada por Cristovam Buarque (PDT-DF). O diplomata destacou o crescimento econômico expressivo de Botsuana, que já conta com um sistema democrático consolidado. Apesar disso, cerca de 20% da população vive abaixo da linha de pobreza e a aids atinge 23% da população adulta.



Projeto responsabiliza projetistas de obra pelos danos causados por falha

Proposta estimula compartilhamento de infraestrutura

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o projeto do ex-senador Anibal Diniz que estimula o compartilhamento de infraestrutura por concessionárias de serviço público do setor de telefonia e de energia. Pelo texto (PLS 428/2014), até 30% das receitas arrecadadas com o compartilhamento poderão permanecer

com as prestadoras do setor elétrico.

Hoje no máximo 10% das receitas podem ter tal destinação, o que, para Anibal, desestimula o compartilhamento e atrasa o desenvolvimento do país.

Para Paulo Bauer (PSDB-SC), relator, a proposta “poderá favorecer o compartilhamento de uma extensa rede de fibra óptica já instalada pelas

concessionárias de energia elétrica com prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo”.

Walter Pinheiro (PT-BA), relator ad hoc, disse que, ao compartilhar a rede, uma empresa de telefonia poderá desconcentrar o número de antenas. Uma antena atende num raio curto cerca de 2,5 mil usuários, acima do ideal de 1,5

mil. Isso faz com que o aparelho celular falhe ou a ligação tenha problemas.

— É como um engarrafamento de carros; ocorre a queda do sinal. O compartilhamento dará celeridade aos serviços, podendo incluir até mesmo as torres de energia eólica.

O texto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Janot é reconduzido para Procuradoria-Geral da República

O Plenário do Senado aprovou, com 59 votos a favor, 12 contra e 1 abstenção, a indicação do procurador após sabatina de mais de dez horas na CCJ em que Janot defendeu a parceria do Ministério Público com os três Poderes e respondeu a perguntas sobre temas como a Lava-Jato, pedaladas fiscais e swissleaks

COM 59 VOTOS favoráveis, 12 contrários e 1 abstenção, o Senado aprovou ontem a recondução de Rodrigo Janot ao cargo de procurador-geral da República. O mandato para o ocupante do cargo é de dois anos, mas a Constituição permite reconduções ilimitadas do titular.

Antes de ir ao Plenário, a indicação da Presidência da República teve parecer favorável de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) na Comissão de Constituição e

Justiça (CCJ), onde Janot recebeu 26 votos favoráveis e apenas 1 contrário, em votação secreta.

Durante mais de dez horas de sabatina na CCJ, Rodrigo Janot defendeu a parceria do Ministério Público (MP) com os três Poderes e respondeu a vários questionamentos dos senadores sobre a Operação Lava-Jato, a atuação do MP na investigação das pedaladas fiscais do governo federal, o caso swissleaks, a des-criminalização do porte mínimo

de drogas, entre outros assuntos.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ressaltou que essa foi a segunda maior sabatina da história do Senado.

— Ocorreram 30 interpelações, o que demonstra que a CCJ cumpriu a sua prerrogativa como exige o texto constitucional — afirmou.

Delação

Respondendo a questionamentos, Janot defendeu a condução da Operação Lava-Jato, inclusive o sistema de delações premiadas, e negou que haja seletividade do Ministério Público nas investigações.

— O Ministério Público não cria nomes de pessoas e fatos. Nós recebemos isso dos colaboradores da Justiça. A colaboração é espontânea. É o material que nos chega às mãos para o trabalho investigativo. Todos falavam da “lista do Janot”. O Janot não fez lista nenhuma — afirmou.

Em relação às delações pre-



Rodrigo Janot, na Comissão de Constituição e Justiça, diz que todas as denúncias de corrupção na Petrobras estão sob investigação

mias, o procurador-geral disse acreditar que elas são uma ferramenta eficiente para “encurtar o caminho” das investigações.

— Toda investigação é tentativa e erro. Temos conhecimento de um fato e vamos intuir um caminho a seguir para sua apuração. A colaboração permite, com menor custo e menor tempo, um maior grau de sucesso da investigação — considerou.

Os senadores Fátima Bezerra (PT-RN) e Jorge Viana (PT-AC) disseram enxergar uma diferença de tratamento na Lava-Jato entre seu partido e o PSDB, que também teve nomes citados pelos delatores.

Fátima questionou sobre o andamento das investigações sobre o ex-senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Viana reclamou

da demora no julgamento do mensalão tucano, de 1998.

— Às vezes a fala de um delator vale para um partido e não vale para o outro. Tentam tipificar o PT como organização criminosa. Qual é a diferença do financiamento do PT para o do PSDB? — indagou Jorge Viana.

Janot explicou que qualquer ação penal contra Sérgio Guerra (que teria recebido propina para interferir em uma CPI sobre a Petrobras em 2009) foi extinta com a morte dele, em 2014, mas que o processo pode ser reaberto caso surjam novos indícios.

Sobre o mensalão do PSDB, o procurador-geral explicou que os parlamentares envolvidos renunciaram, o que levou o caso para a primeira instância e retardou a conclusão.

Questões da sabatina

 PETROBRAS	 MPF	 PEDALADAS	 SWISSLEAKS	 CAMPANHA	 DROGAS
Durante a sabatina, Janot afirmou que a Petrobras “foi e é alvo de um megaesquema de corrupção”, que ele disse jamais ter visto em 31 anos de atuação no Ministério Público. Ele considerou a suposta “espetacularização” da Operação Lava-Jato como a aplicação de um princípio fundamental de uma República: todos são iguais perante a lei. Para o procurador, “pau que dá em Chico dá em Francisco”.	A ação administrativa da PGR, sob o comando de Janot, foi alvo de vários questionamentos. Analisando os valores pagos a título de diárias aos membros do MP, Blairo Maggi (PR-MT) considerou-os “bastante significativos”. O senador perguntou se as diárias não estariam sendo usadas como complementação salarial.	Os senadores da oposição Aloysio Nunes Ferreira, Ronaldo Caiado (DEM-GO), Acácio Neves (PSDB-MG) e José Agripino (DEM-RN) cobraram de Janot uma posição quanto à representação feita em maio à PGR pelo DEM, PPS e PSDB para investigação de aspectos criminais das manobras fiscais na prestação de contas anual do governo federal.	Relator da mensagem presidencial de recondução de Janot, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) perguntou sobre o andamento do swissleaks, que apura irregularidades em contas bancárias do HSBC em Genebra. O senador lembrou que está em curso no Senado uma CPI que investiga indícios de conexão dos fatos examinados com os apurados na Lava-Jato.	José Pimentel (PT-CE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiaram parecer da PGR na Ação Declaratória de Constitucionalidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pelo fim do financiamento empresarial das campanhas políticas.	Marta Suplicy (sem partido-SP) quis saber a opinião de Janot sobre o julgamento de temas que mobilizam a sociedade, como porte de drogas para uso próprio. Após lembrar que sua manifestação foi contrária à descriminalização, o procurador-geral disse que a questão não está bem focada.
O senador Aloysio Nunes Ferreira notou que a investigação da Lava-Jato até agora resultou na responsabilização de parlamentares, empresários e dirigentes da Petrobras, mas “quadrilha sem chefe não existe”, afirmou. Ele considerou ingenuidade pensar que o ex-presidente Lula “não soubesse disso”.	Janot reconheceu que houve incremento nos valores em diárias, mas creditou a elevação à ampliação da cooperação jurídica internacional. O procurador citou resultados dessa cooperação, como R\$ 6 bilhões recuperados pelo Brasil em bloqueio judicial, sequestro de valores, repatriação e internalização voluntária.	As chamadas pedaladas fiscais estão sendo analisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).	Janot afirmou que a procuradoria já recebeu os dados do governo da França, mas disse ainda estar em curso a comprovação do material.	Chegou a hora de tirarmos o financiamento empresarial de campanha para que, efetivamente, o Brasil possa dizer: estou expurgando o câncer da corrupção, presente no mensalão do PSDB, em 1998; no mensalão do PT, em 2002; e que se repete na Lava-Jato — disse Pimentel.	Toda vez que se fala em porte de quantidade mínima de drogas, se associa isso à maconha. Agora, o porte de quantidade mínima se refere a qualquer droga. Então, estamos falando de crack, heroína, cocaína e drogas sintéticas.
O parlamentar citou a teoria do domínio do fato, segundo a qual a pessoa que, mesmo não tendo praticado diretamente a infração penal, decidiu e ordenou sua prática a subordinado, não é mero partícipe, mas autor da ação delitosa. Janot respondeu que essa teoria não dispensa prova e que as denúncias estão sendo investigadas, em busca de quem comandou o esquema criminoso.	Como Collor, Blairo questionou Janot sobre o aluguel de uma mansão no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, para uso da PGR, e a contratação sem licitação de uma empresa de comunicação.	Janot explicou que o contrato de locação foi rescindido após a PGR constatar que o locador havia apresentado falsa carta de habite-se.	Estive com o juiz de Lyon, que recebeu essas informações, e ele me afirmou que se assustou com o número de brasileiros e com o valor dos depósitos. Estamos trabalhando para que possamos, o mais rápido possível, dar uma orientação efetiva à investigação — disse o procurador.	Vanessa cobrou decisão do STF. A ação da OAB entrou em votação há um ano e meio e, depois de 6 dos 11 ministros terem dado voto favorável ao fim das doações empresariais, acompanhando o MP, o ministro Gilmar Mendes pediu vista e ainda não devolveu o processo.	Na avaliação de Janot, o tráfico poderia montar “um exército de formiguinhas” para pulverizar a distribuição da droga e evitar a criminalização.

Texto prorroga responsabilidade da União sobre rodovias federais



A Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo aprovou ontem, por unanimidade, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 508/2015, que dispõe sobre o prazo de apoio da União à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para estados, prevista na Medida Provisória (MP) 82/2002. Se não houver recurso para votação em Plenário, a proposta seguirá para a Câmara.

De José Serra (PSDB-SP), o projeto foi aprovado conforme o substitutivo de Walter Pinheiro (PT-BA). O texto prorroga até 2020 a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) de manter trechos de rodovias federais transferidas para os estados.

Segundo Pinheiro, que preside a comissão, a demanda se ajusta às necessidades de estados e municípios. “Neste período de dificuldades, não tem mais como fazer a transferência de mais esse tipo de encargo a estados e municípios que não conseguem nem sequer tocar as malhas estaduais, quicá a manutenção da malha federal”, aponta.

No parecer, Pinheiro lembra ainda que “a interrupção ou a redução na intensidade das tarefas de manutenção e de reabilitação dos pavimentos resulta em aumento nos custos de operação dos veículos e na necessidade de investimentos cada vez mais vultosos para

apelos ao procurador-geral. Roberto Requião (PMDB-PR), por exemplo, cobrou que o Ministério Público fiscalize o comportamento de promotores e juízes que atuam como “paladinos da justiça”. Segundo ele, alguns integrantes dessas categorias agem com “atropelos às regras e garantias do direito” no ímpeto de punir delitos menores e vulgarizam práticas como a prisão preventiva.

Randolfe sugeriu que o órgão dê mais atenção à gestão do sistema penitenciário e seja mais atuante contra os crimes ambientais e o desmatamento.

Outros três senadores pediram a Janot que analise de forma mais próxima a criminalidade que afronta os direitos humanos: Lindbergh Farias (PT-RJ) trouxe o trabalho da CPI do Assassinato de Jovens, da qual é relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ) falou das milícias e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) citou os grupos de extermínio formados por policiais.

Lista tríplice

O procurador-geral da República foi o mais votado na eleição realizada entre os integrantes do Ministério Público da União (MPU), que oferece uma lista tríplice ao presidente da República.

Além de chefiar o MPU, que é composto pelos Ministérios Públicos Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios, o procurador-geral também preside o Conselho Nacional do Ministério Público e deve ser ouvido em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

Sabatinado nega “acordão” com governo na Lava-Jato

Rodrigo Janot negou veementemente a possibilidade de haver um “acordão” com governo e aliados para interferir no andamento das investigações da Lava-Jato e poupar lideranças políticas. A questão foi levantada por Alvaro Dias (PSDB-PR) durante a sabatina na CCJ.

O procurador disse que esse tipo de prática seria impossível, visto que o material do processo não está sob sigilo e é de conhecimento público.

— Não há qualquer possibilidade de acordão. Todo o material colhido nas investigações é aberto a qualquer cidadão e pode ser escrutinado pela sociedade — afirmou.

Segundo ele, seria necessário antes “combinar com os russos”. — Ainda que eu quisesse, tenho 20 colegas que trabalham nessa questão e um grupo de delegados muito preparados. Há 31 anos, optei pelo MP e não deixaria os trilhos da atuação técnica para me embrenhar num processo que eu não conheço, que é o caminho da política.

Projeto institui “botão do pânico” para proteger mulher de violência

Um dispositivo que aciona a polícia automaticamente em caso de ameaça de violência contra mulheres pode ser oferecido em todo o país. Projeto que trata do assunto (PLS 119/2015) foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O Dispositivo de Segurança Preventiva, conhecido como “botão do pânico”, funciona desde 2013 em algumas cidades. A primeira experiência foi em Vitória: no Espírito Santo, uma mulher é agredida a cada cinco horas, um dos maiores índices do país.

Além de permitir o acionamento da polícia, o equipamento grava áudios que podem ser usados como provas contra o agressor. O simples acionamento do botão pela vítima, ao ser abordada ou ameaçada, permite que a polícia saiba de onde o chamado foi feito e envie proteção. Em algumas cidades, as ocorrências registradas são atendidas em sete minutos.

sua recuperação. Isso sem levar em conta o risco de acidentes a que são submetidos os usuários das estradas.”

Assim, o Dnit deverá continuar usando recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão, elaboração de estudos e projetos de engenharia das vias.

Autor da matéria, Serra justifica que os estados envolvidos na transferência não têm condições fiscais de assumir as despesas para manter as estradas. Considerando os parâmetros da MP, estima-se um custo fiscal de R\$ 4,1 bilhões para manutenção das rodovias, diz o senador.

De acordo com Serra, a União transferiu 14,5 mil quilômetros de estradas federais para 15 estados no final de 2002 e autorizou repasse financeiro de até R\$ 1,9 bilhão para ajudá-los a manter as estradas em boas condições.

Os repasses financeiros foram feitos entre 2002 e 2004. Os estados que receberam mais quilômetros de estradas federais foram Minas Gerais (6 mil quilômetros), Rio Grande do Sul (1,9 mil quilômetros), Bahia (1,4 mil quilômetros) e Paraná (945 quilômetros).

Os demais estados, que receberam entre 115 e 715 quilômetros de rodovias, são Rondônia, Roraima, Paraíba, Amazonas, Espírito Santo, Piauí, Pernambuco, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão.

A proposta aprovada na CDH estende a oferta do dispositivo pela polícia a todo o país.

De acordo com a autora do projeto, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), a intenção é garantir a segurança da mulher, que, mesmo com as garantias judiciais de proteção, ainda corre risco.

— Às vezes são os próprios maridos, os companheiros, que fazem coisas terríveis com as mulheres. [O projeto] vai melhorar porque é preciso que a Justiça realmente cumpra a sua função — disse a senadora.

A relatora, Regina Sousa (PT-PI), explicou que o dispositivo não é de uso obrigatório. — A obrigatoriedade é de que o estado disponha desse dispositivo eletrônico no seu sistema de segurança — explicou.

A proposta segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá decisão final.

(Com Rádio Senado)

Pinheiro cobra indenização a atingidos por usina

Em audiência ontem, senador disse que vai recorrer ao STF pelo pagamento de compensação a famílias desalojadas pela construção da Barragem de Sobradinho, na Bahia

O SENADOR WALTER Pinheiro (PT-BA) anunciou ontem que vai buscar o apoio do Supremo Tribunal Federal (STF) para que seja encontrada uma forma de indenizar 231 famílias desapropriadas durante a construção da Barragem de Sobradinho, na Bahia. Pinheiro assumiu o compromisso durante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que debateu a situação das famílias. A desapropriação foi feita pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) entre 1971 e 1978.

— Já conversei com alguns ministros e agora vou ao presidente [Ricardo] Lewandowski para procurar sensibilizá-lo a provocar outras instâncias no sentido de que a demanda judicial possa se transformar num acordo entre as partes ou, se for o caso, para que a questão não se arraste na Justiça ad eternum — afirmou o senador.

A construção da barragem desalojou aproximadamente 12 mil famílias, num total de 72 mil pessoas. No caso das 231 famílias, o problema foi maior porque os processos sumiram das comarcas e precisaram ser reconstituídos.

Acordo

Cansados de esperar pelo desfecho, os prejudicados hoje preferem um acordo, afirmou o secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), David Wylkerson Ro-



Barragem de Sobradinho, no Rio São Francisco: para construir a hidrelétrica, Chesf desapropriou áreas entre 1971 e 1978

drigues de Souza. Ele afirmou que as famílias continuam desassistidas pelo Estado, mesmo sendo inquestionável o direito às indenizações. Em busca do acordo, disse Souza, foi protocolado processo administrativo, com início de entendimentos com a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Secretaria-Geral da Presidência da República. De acordo com o sindicalista, a resposta da Secretaria-Geral — dada na véspera da audiência — é que é preciso aguardar uma decisão da Justiça, uma vez que o caso foi judicializado. Para Souza, falta atenção por parte dos gestores públicos.

— É de uma insensibilidade enorme e uma desconsideração ao princípio da razoabilidade, pois é legítimo e legal retirar o processo para fazer o acordo — disse.

Na busca por solução, a

CDR decidiu solicitar reunião com participação da AGU, da Secretaria-Geral da Presidência e de representante das famílias. O advogado-geral, Luís Inácio Adams, havia sido convidado para a audiência, mas não compareceu. Em ofício, ele disse que não há no órgão processos sobre as desapropriações. O registro foi feito na Presidência da República, onde o assunto estaria sendo tratado.

A ausência de Adams motivou críticas, além de uma proposta para que o colegiado aprove requerimento dando ao advogado-geral prazo de 60 dias para se manifestar sobre o processo. Sem a resposta, ele pode ficar sujeito a responder por crime de responsabilidade. A iniciativa foi do senador Wellington Fagundes (PR-MT), que conduziu a audiência.

Autor, com Lídice da Mata (PSB-BA), do requerimento

para o debate, Pinheiro observou que a AGU recebeu o convite há mais de três meses, mas só enviou ofício comunicando que não participaria na véspera, apenas a três horas do fim do expediente do dia.

— Portanto, vamos de novo provocar a AGU, que mais uma vez se portou de forma desrespeitosa e desfocada do seu papel — comentou.

Lentidão

O presidente da Associação dos Moradores dos Povoados Atingidos pela Barragem de Sobradinho (Amopabs), José Gomes de Souza, disse que o poder público não tem “desculpa” para agir contra os direitos da população prejudicada pela construção da barragem. A seu ver, se os governos militares que foram responsáveis pelo projeto erraram ao deixar de pagar as

indenizações, os que vieram depois continuam errando. Depois, lamentou que 60% dos proprietários envolvidos na causa morreram antes de receber solução para o caso:

— Só receberam a tristeza de ver o Estado tirar suas terras e moradias. Quantos mais vão morrer esperando?

De acordo com o presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Fetag) na Bahia, Cláudio Bastos, as 231 famílias sofrem não só pela demora no pagamento da indenização, mas também pela falta de acesso a políticas públicas de estímulo à produção agrícola. Segundo ele, a falta de perspectivas levou muitas pessoas a deixarem a região.

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia, Márcio Moreira observou que os direitos das famílias que já morreram agora pertencem a seus herdeiros. Ele contou que os deslocamentos para municípios das proximidades aconteceram em 1976. Três anos depois, foi ajuizada ação contra a Chesf para a cobrança da indenização prometida pelos bens móveis e imóveis.

Para Donizeti Nogueira (PT-TO), a construção de qualquer empreendimento estatal na área energética, com remoção de populações, deve ter compensação atrelada aos lucros futuros do negócio. A ideia é que os prejudicados sejam contemplados com participação acionária no empreendimento.

Construção de aterros sanitários poderá ter fundo nacional

A construção de aterros sanitários nos municípios poderá ser financiada com recursos de fundo abastecido pelo Tesouro ou por doações, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 207/2012, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de ir à Câmara. O projeto cria o Fundo Nacional de Aterros Sanitários, para financiar até 70% de projetos que atendam as exigências da lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Eunício lembra que, pela lei, os prefeitos tinham até 2014 para acabar com os lixões nos municípios. Com o fundo, que terá prazo de dez anos, ele quer incentivar a criação de aterros sanitários controlados. Será obrigatória a contrapartida municipal de pelo menos 30% do valor do projeto.

Os recursos, a fundo perdido, poderão ser usados para estudos de viabilidade técnica e de impacto ambiental do aterro, aquisição de terrenos, drenagem e impermeabilização do solo, aquisição de materiais para obras de isolamento

e proteção ambiental, construção de estação de tratamento de efluentes e ações de treinamento profissional de catadores de lixo.

A construção de aterros sanitários poderá ser de responsabilidade de um município ou de um consórcio de prefeituras. A condição para acessar o fundo será a aprovação de planos municipais de resíduos sólidos. O relator na CAS, Edison Lobão (PMDB-MA), acatou o relatório da Comissão de Meio Ambiente (CMA), que excluiu a prioridade de acesso aos recursos do

fundo para os projetos que prevejam aproveitamento de resíduos para geração de energia e que utilizem terreno de propriedade de município.

Para Lobão, foi por falta de dinheiro que os municípios não conseguiram cumprir os prazos para o fim dos lixões. A proposta, disse, contribui, então, para a solução do problema.

Paulo Paim (PT-RS) e Waldemir Moka (PMDB-MS) também consideraram o projeto um socorro aos municípios para resolver o problema dos lixões, segundo eles, uma “vergonha nacional”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Avança aumento da alíquota de contribuição sobre lucro de bancos

Relatora manteve elevação da alíquota da CSLL como previsto no texto original: de 15% para 20%. Medida começa a valer em setembro

FOI APROVADO ONTEM, em reunião da comissão mista responsável pela análise da Medida Provisória 675/2015, o relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). A proposta eleva a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20%.

A MP seguirá para votação no Plenário da Câmara dos Deputados e, depois, no Plenário do Senado.

A senadora manteve o aumento como propunha o texto original do Executivo. O parecer inicial de Gleisi previa ampliação para 23%, mas foi criticado por integrantes da comissão. Para as cooperativas de crédito, ela manteve um aumento menor, para 17%, conforme emenda do presidente da comissão, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG).

Após acordo com parlamentares da base e da oposição, a relatora restringiu a validade dos aumentos para pouco mais



Gleisi Hoffmann (C), deputado Afonso Florence, senadores Eunício Oliveira e Sandra Braga e deputado Domingos Sávio

de três anos, de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. Vencido o prazo, a alíquota voltará à atual, de 15%.

Segundo Gleisi, o aumento com limite de tempo não afetará o ajuste fiscal. "A avaliação da Fazenda e do governo é que, em 2018, a situação da economia esteja muito melhor e encaminhada", disse.

A MP 675 faz parte do ajuste fiscal do governo, que, com a

elevação, espera arrecadar R\$ 900 milhões já em 2015; R\$ 3 bilhões, em 2016; e atingir o teto de R\$ 4 bilhões, em 2017.

Pelo acordo, foi retirada emenda de Gleisi que convertia a dívida em dólar da Companhia Energética de Goiás para real, ponto polêmico. A emenda deverá ser apresentada à MP 677/2015, voltada ao setor elétrico, cujo relator, senador Eunício Oli-

veira (PMDB-CE), confirmou a inclusão da mudança na nova MP. Lúcia Vânia (sem partido-GO) elogiou a alteração.

O relatório retirou também a alíquota zero de PIS-Pasep e Cofins para pás de geração de energia eólica. Outra emenda reabre, por 15 dias, o prazo de adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior.

Audiências discutirão Programa de Proteção ao Emprego

A criação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) será debatida com governo, empregadores e trabalhadores em duas audiências no próximo mês. Requerimentos nesse sentido foram aprovados ontem pela comissão mista que analisa a MP 680/2015, que tem Sérgio Petecão (PSD-AC) como presidente.

A primeira audiência será em 1º de setembro e contará com representantes da Nova Central Sindical de Trabalhadores, União Geral dos Trabalhadores, Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores, Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Da segunda, em 8 de setembro, participarão representantes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos, Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores, Confederação Nacional da Indústria, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Confederação Nacional do Transporte

e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

A Secretaria-Geral da Presidência e os Ministérios do Trabalho, da Micro e Pequena Empresa e da Indústria e Comércio participarão de ambas as audiências.

O relatório deve ser apresentado em 17 de setembro.

A MP permite redução limitada de salários e jornada nas empresas que aderirem ao PPE. As empresas poderão reduzir em 30% os salários e a jornada por tempo determinado, desde que não efetuem demissões no período.

Dieese vê vantagens na iniciativa, que evita demissões

Clóvis Scherer, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apontou vantagens para os trabalhadores, empregadores e governo com o PPE, que pretende evitar a demissão em empresas que estão passando por dificuldades financeiras temporárias. O economista foi ouvido ontem pela comissão mista que analisa a medida provisória (MP 680/2015) referente ao programa.

— Para o trabalhador, a renda não diminui tanto como nos casos de suspensão temporária do contrato de trabalho e seguro-desemprego. Para o governo, a vantagem é que evita saques do FGTS



Sérgio Petecão (C) coordena reunião da comissão mista que analisa a MP 680

e mantém as contribuições do INSS, o que compensa os gastos com o FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador]. E as empresas que aderirem terão o custo com os trabalhadores diminuído — ressaltou.

Scherer admitiu, no entanto, que, embora seja importante para preservar o emprego, o programa não promove o crescimento econômico.

Representantes das centrais sindicais disseram apoiar a proposta, mas cobraram medidas complementares. Pascoal Carneiro, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), disse que é preciso estimular o consumo para a economia crescer.

— O trabalhador garante

o emprego pelo período do acordo, mas tem uma redução de salário. Quando você reduz salário, você retira dinheiro da economia, do consumo interno. É preciso que o governo pense numa política de juros menor — defendeu Carneiro.

Rafael Marques, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, onde empresas têm anunciado demissões por conta da crise econômica, defendeu o Programa de Proteção ao Emprego.

— Essa proposta caiu como uma luva para as montadoras de veículos e muitas delas já estão aderindo — disse o sindicalista.

(Da Agência Câmara)

Empresa pode ter mais tempo para sair do Simples

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta que evita a exclusão abrupta das empresas adotantes dos regimes especiais do Simples Nacional e dos microempreendedores individuais quando ultrapassam o valor da receita bruta permitida. O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto aprovado é um substitutivo de Otto Alencar (PSD-BA) ao PLS 63/2011, que tramita em conjunto com oito propostas.

A lei atual prevê a exclusão do regime diferenciado do Simples no mês seguinte em que se ultrapassou em mais de 20% a receita permitida. Esses valores correspondem a R\$ 360 mil para microempresas (ME) e de R\$ 360 mil a R\$ 3,6 milhões para empresas de pequeno porte (EPP). O projeto propõe que a exclusão ocorra somente no ano-calendário seguinte.

Se a empresa de pequeno porte ultrapassar em até 20% o permitido, ela só será excluída no ano-calendário seguinte caso o fenômeno ocorra por dois anos consecutivos ou três alternados num período de cinco anos.

Intermediárias

O texto aprovado também suaviza a carga tributária para as microempresas em crescimento, criando quatro faixas de contribuição intermediárias, variando de R\$ 90 mil a R\$ 180 mil, esta a primeira faixa hoje existente na lei. Também se criou a progressividade no regime do Simples Nacional, com o acréscimo de dispositivo prevendo que as alíquotas de cada faixa hoje existente somente são aplicáveis ao montante excedente em relação à faixa de tributação anterior. A sistemática é semelhante à aplicada nas faixas do Imposto de Renda de Pessoa Física.

— A tributação em cascata atenua a carga tributária sobre a microempresa e a empresa de pequeno porte e a torna mais equilibrada e justa — opinou Otto.

A matéria garante regras mais justas sob o ponto de vista da carga tributária ao microempreendedor individual (MEI) em sua transição para microempresa. Ele só passará a pagar a tributação mais elevada no ano-calendário seguinte, ao ultrapassar em até 20% o limite da receita bruta (R\$ 60 mil) por dois anos seguidos ou três alternados num período de cinco anos.

Aprovadas novas regras para exame genético

Projeto sobre consentimento para realização de testes de DNA que determinem paternidade ou vínculo passou ontem em comissão e deve seguir para sanção presidencial

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) confirmou a aprovação do projeto que estabelece regras para a realização e a análise de exames genéticos em seres humanos.

A proposta determina a exigência de consentimento prévio, livre e informado do indivíduo a ser periciado ou de seu representante legal. O texto aprovado, substitutivo de Waldemir Moka (PMDB-MS) ao PLC 44/2012, passou pelo turno suplementar e, se não houver recurso para análise em Plenário, segue para sanção presidencial.

Para exame de paternidade ou de vínculo genético, o projeto determina que, se o periciado não se encontrar em condições de consentir nem tiver representante legal, isso poderá ser feito por autorização judicial. Ficam excluídos da regra os exames genéticos para fins de identificação criminal.

A proposta é do ex-deputado Zenaldo Coutinho e busca garantir a elevada qualificação técnica dos profissionais e laboratórios envolvidos na execução das análises. O autor destacou os preju-



Ana Amélia, Waldemir Moka, Dário Berger e Paulo Paim em reunião da Comissão de Assuntos Sociais

ízos que um exame de DNA duvidoso pode gerar à família e ao patrimônio de um indivíduo sobre quem recai suspeita de paternidade e a importância da qualidade dessas instituições.

Para isso, a proposta estabelece que as entidades que fazem os exames, os profissionais do setor e os procedimentos adotados deverão seguir critérios

técnicos de controle de qualidade, de formação e de capacitação a serem estabelecidos em regulamento da autoridade sanitária competente.

O regulamento deverá discorrer sobre os equipamentos necessários, os tipos de exame reconhecidos no país para a determinação de vínculo genético, os procedimentos a serem

observados nas diferentes técnicas adotadas e a capacitação técnica necessária aos peritos aptos a fazer exames genéticos.

Requerimento

Os senadores da CAS também aprovaram requerimento de audiência pública sobre os critérios de preenchimento, em concursos públicos, de vagas reservadas para pessoas com deficiência. Deve ainda ser debatido o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde Humana (CIF), a linguagem padrão para a descrição dos estados de saúde, utilizada em atestados médicos e perícias, por exemplo.

O autor da proposta, Waldemir Moka, quer ouvir de peritos e especialistas informações sobre o tema. Entre os convidados, estão o chefe do Setor de Perícia Médica do Ministério Público Federal, Adérito Guedes da Cruz, e a representante da Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas, Thays Cabral.

Texto amplia mercado livre de energia

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto de Delcídio do Amaral (PT-MS) que amplia o acesso ao mercado livre de energia, no qual os consumidores podem escolher os fornecedores de energia elétrica e pactuar os preços a serem pagos.

O projeto (PLS 237/2014), relatado por Walter Pinheiro (PT-BA), permitirá incorporar cerca de 6,5 mil consumidores ao mercado livre de energia, segundo estimativa de Delcídio. O texto foi aprovado em decisão final e seguirá diretamente para a Câmara, a menos que haja recurso para análise pelo Plenário do Senado.

Pela lei atual, somente os consumidores de energia com carga igual ou superior a 3.000 quilowatts (kW) podem escolher livremente o fornecedor de energia, sem intervenção das concessionárias ou permissionárias dos serviços de

distribuição.

Com o projeto aprovado, o piso passará em um ano para 2.000 kW e, dois anos depois, para 1.000 kW. Na justificativa da proposição, Delcídio informa que essa é uma tendência mundial: “Por exemplo, na Europa, todos os consumidores são elegíveis como livres desde 2007. Nos Estados Unidos e no Canadá, 65% e 50% do mercado são elegíveis, respectivamente”.

Consumidor

Delcídio voltou a destacar esse aspecto durante o debate na comissão, no qual ressaltou a importância de fortalecer o mercado livre, por ser um segmento de consumo que reage a preço, o que contribuirá, na avaliação dele, para o uso eficiente da energia elétrica.

— A tendência mundial é de redução e até de extinção do piso de acesso ao mercado

livre — enfatizou.

Para Walter Pinheiro, o aumento do número de consumidores livres para escolher o fornecedor fortalecerá o ambiente de contratação livre e dará ao consumidor o direito de gerenciar, de forma melhor, seu consumo.

— A lei atual não oferece ao consumidor cativo um sinal de preço que permita o gerenciamento eficiente de seu consumo, porque os gastos com compra de energia por parte das concessionárias só podem ser repassados ao cliente no ciclo tarifário seguinte — disse o relator.

Na opinião de Pinheiro, o modelo atual — marcado por escassez de água e forte consumo de termelétricas — tem provocado uso perdulário. E uma das consequências, disse, seria o aumento do preço da energia para o consumidor final.

Fotógrafo e detetive particular podem ganhar regulamentação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a regulamentação das profissões de fotógrafo e de detetive particular. As propostas seguem para análise do Plenário.

O PLC 64/2014 define como aptos ao exercício profissional de fotógrafo os diplomados em fotografia no ensino superior ou técnico. Os não diplomados também poderão exercer a profissão, desde que, na data de início de vigência da nova lei, tenham exercido a atividade por, no mínimo, dois anos.

O projeto não inclui o repórter-fotográfico na regulamentação. O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), lembra que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a exigência de diploma e registro profissional como condições para o exercício da profissão de jornalista.

Já o PLC 106/2014 regula o exercício da profissão de detetive particular. Pelo texto, será exigida a conclusão do curso de profissionalização em “atividade de coleta de dados e informações de interesse privado”, com carga de 600 horas, em nível médio ou equivalente.

O profissional poderá buscar informações sobre infrações administrativas ou quebras de contrato, suspeita de conduta lesiva à saúde e à integridade física, investigação da idoneidade de empregados e violação de obrigações trabalhistas, questões familiares, conjugais, de filiação, de desaparecimento e localização de pessoas ou animais.

Caso o profissional descubra indícios de cometimento de infração penal, a investigação deve parar e o ato deve ser comunicado à polícia.

Para o relator do projeto na CAS, Humberto Costa (PT-PE), com a regulamentação da profissão cria-se uma identidade, exigindo-se do detetive particular a ética profissional e responsabilizando-o tecnicamente pela atividade.

Vetos

Na CAS, Crivella ressaltou que, apesar de o Congresso aprovar regulamentações de profissões, respondendo às “aspirações da população”, a presidente Dilma Rousseff vem sistematicamente vetando propostas semelhantes.

Regulamentação do Uber será debatida

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para a realização de audiência para debater o PLS 530/2015, de autoria dele, que disciplina os serviços de transporte privado individual por redes de compartilhamento.

A audiência também tratará dos impactos na economia e na mobilidade urbana do novo aplicativo, que tem como grande símbolo o Uber, alvo de grande resistência dos taxistas.

Foram convidados o prefeito de Belo Horizonte e presi-

dente da Frente Nacional de Prefeitos, Marcio Lacerda; a presidente do Sindicato dos Permissionários de Táxis e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal, Maria Santana; o diretor do Uber no Brasil, Daniel Mangabeira; e o representante do Ministério das Cidades, Dario Rais Lopes.

— O advento das novas tecnologias sempre nos impõe a missão de adequar a legislação vigente à recém-chegada realidade — disse Ferraço.

O senador disse que a proposta segue o modelo já vigente em outros países e busca

equilibrar as condições de competição com os serviços de transporte, proporcionando ao cidadão as facilidades que a tecnologia traz. Ferraço também afirma estar preocupado com as consequências da regulamentação para os taxistas. Caberá ao presidente da comissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), definir a data da audiência.

Também foram aprovadas audiências para tratar da localização das praças de pedágios e da atual conjuntura das obras rodoviárias por parte das empresas concessionárias.



Projeto determina exigência de curso superior ou técnico para fotógrafos